

Direitos humanos na proposta

Respeitar os direitos humanos é exigência escrita no comando da prova. A regra sobre a punição mudou em 2023 — e entender o que mudou evita tanto o erro quanto o medo de escrever.

O que mudou

Até 2022, desrespeitar os direitos humanos anulava a redação inteira: zero, independentemente do resto.

A partir de 2023, isso deixou de ser causa de anulação. A proposta que fere direitos humanos **zera a Competência 5** — 200 pontos —, mas as outras quatro continuam sendo avaliadas normalmente.

Continua sendo o erro mais caro que uma proposta pode conter. A mudança é sobre o tamanho da perda, não sobre ela deixar de existir.

O que conta como desrespeito

- Propor pena de morte, tortura, castigo físico ou mutilação.
- Propor extermínio, expulsão ou isolamento de um grupo.
- Propor esterilização compulsória ou controle forçado de natalidade.
- Propor censura ou supressão de direitos de um grupo específico.
- Defender discriminação por raça, gênero, religião, origem, orientação sexual ou deficiência.

O limite do endurecimento penal

Propor punição mais rigorosa dentro da lei não fere direitos humanos. “Ampliar a fiscalização e aplicar as sanções previstas em lei” é uma proposta válida.

O que fere é a punição **fora** do que o ordenamento jurídico admite — e o marco disso é a própria Constituição, que veda pena de morte em tempo de paz, tortura e penas cruéis.

A confusão que trava gente boa

Muito candidato escreve proposta fraca de medo: evita qualquer menção a punição, a polícia, a Estado, e entrega uma intervenção genérica.

Isso custa nível em C5 sem necessidade. O critério é objetivo: a proposta pode ser firme, pode envolver fiscalização e sanção — desde que dentro da lei e sem atingir um grupo por aquilo que ele é.

COMO O ENEM COBRA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição de 1988 são as duas referências. Nenhuma delas precisa ser citada — mas a proposta precisa caber nelas.

Como todo tema do ENEM trata de um grupo vulnerabilizado, a pergunta prática é sempre a mesma: a minha proposta protege esse grupo ou o penaliza?

ONDE SE PERDE PONTO

Propor solução que pune quem sofre o problema

É o desrespeito mais comum e o menos percebido: multar quem mora em área de risco, punir a família em vez de amparar. Pergunte sempre quem paga a conta da sua proposta.

Evitar qualquer proposta firme por medo da regra

Proposta genérica perde nível em C5 do mesmo jeito. Fiscalização e sanção legal são legítimas — o limite é a lei, não a firmeza.

LEVE ISTO PARA A PROVA

- Desde 2023 não anula a redação: zera a C5. Continua sendo os 200 pontos mais caros.
- O limite é a Constituição — punição dentro da lei é proposta válida.
- Pergunte quem paga a conta da sua proposta. Se for o grupo do tema, refaça.